

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, COM GARANTIA REAL, DA CONCESSIONÁRIA DA
RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.**

Pelo presente instrumento particular de aditamento ("ADITAMENTO"):

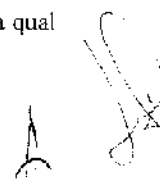
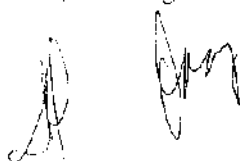
- i. **Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Alfredo Ignácio Nogueira Penido, 550, Parque Residencial, Jardim Aquário, CEP 12246-000, na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.861.626/0001-92, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("EMISSIONORA"); e
- ii. **Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Paulista, 2439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social ("AGENTE FIDUCIÁRIO")

I. Vêm, na melhor forma do direito, aditar as seguintes cláusulas da "Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, com Garantia Real, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A." ("ESCRITURA"):

1. O item 3.9.3.1 da Cláusula III – "DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES" previu erroneamente a taxa de juros das debêntures, razão pela qual passa a vigorar, de forma correta, com a seguinte nova redação:

"3.9.3.1. As Debêntures renderão juros de 9,5% a.a., base 252 dias úteis, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado conforme a Cláusula 3.9.1 acima, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis."

2. O item 3.9.3.3 da Cláusula III – "DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES" - previu erroneamente a taxa de juros das debêntures, razão pela qual passa a vigorar, de forma correta, com a seguinte nova redação:



“3.9.3.3. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 - \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DU}{252}} - 1 \right] \right\}$$

J = Valor dos juros remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, anteriormente descrito;

Taxa = Taxa igual a 9,5% a.a., expressa ao ano (base 252 dias); e

DU = Número de dias úteis entre o último evento e a data do evento em questão, sendo “DU” um número inteiro.

O fator $\left\{ \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DU}{252}} - 1 \right] \right\}$, deverá ser calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.”

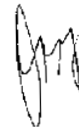
II. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições da ESCRITURA.

III. O presente ADITAMENTO é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a EMISSORA por si e seus sucessores.

IV. Em decorrência das alterações mencionadas no item I acima, o texto consolidado da ESCRITURA passa a vigorar com a seguinte e nova redação:

**“ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, COM
GARANTIA REAL, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE
DUTRA S.A.**






CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A ESCRITURA é firmada com base na autorização deliberada pela assembleia geral extraordinária da EMISSORA realizada em 12 de julho de 2004 ("AGE").

1.2. A AGE da EMISSORA delegou poderes ao conselho de administração para definir a taxa de juros aplicável às Debêntures, após realizado o processo de *bookbuilding*, bem como autorizou a diretoria da EMISSORA a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para proceder à colocação pública das debêntures, após o competente registro da EMISSÃO na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real ("EMISSÃO"), será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

A ata da AGE que deliberou sobre a presente EMISSÃO foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 14 de julho de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Vale Paraibano no dia 16 de julho de 2004.

2.2. Inscrição da ESCRITURA

A ESCRITURA e seus aditamentos deverão ter sido inscritos na JUCESP.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A EMISSÃO deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei 6.404/76, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro para distribuição no mercado primário

A EMISSÃO deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio (i) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo a subscrição liquidada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), e (ii) do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA ("ANDIMA") e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP ("CETIP").



2.5. Registro para negociação no mercado secundário

A EMISSÃO deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (i) da Bovespa Fix e Soma Fix, sendo os negócios liquidados na CBLC; e (ii) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados na CETIP.

2.6. Registro dos Contratos de Garantia

Os Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), nos quais serão formalizadas as garantias mencionadas nas Cláusulas 3.6 e 3.15 abaixo, deverão ser registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sendo o respectivo penhor das ações devidamente averbado no Livro de Registro de Ações da EMISSORA, nos termos do disposto no artigo 39 da Lei 6.404/76

2.7. Registro na ANBID

A emissão deverá ser registrada junto à Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários ("Código ANBID").

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

As debêntures desta EMISSÃO terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total e Número da EMISSÃO

O valor total da EMISSÃO é de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão. Esta ESCRITURA representa a primeira emissão de debêntures da EMISSORA.

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries



Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) debêntures ("Debêntures"). A EMISSÃO será realizada em duas séries, compostas de 9.000 (nove mil) Debêntures cada.

3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de caucelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.6. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real, a ser constituída através de um Contrato de Penhor e Outras Avenças, a ser celebrado entre (i) a EMISSORA, (ii) o AGENTE FIDUCIÁRIO, representando os debenturistas, (iii) a Companhia de Concessões Rodoviárias S.A. ("CCR"); (iv) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"); e (v) o Banco Itaú S.A. (o "Contrato de Penhor"), cuja minuta é parte integrante desta ESCRITURA como Anexo I. Uma vez celebrado o Contrato de Penhor, o mesmo formalizará o penhor em favor dos debenturistas e do BNDES, de forma compartilhada, dos seguintes bens e direitos:

(a) valores, créditos, recebíveis e outros valores que correspondam a 100% (cem por cento) do produto oriundo da cobrança do pedágio, em toda a extensão da Rodovia Presidente Dutra, bem como das receitas auferidas pela EMISSORA decorrentes de todos e quaisquer direitos que gerem receita em virtude do Contrato de Concessão (conforme definido abaixo);

(b) todos os direitos aos montantes depositados nas Contas Correntes (conforme definido no Contrato de Penhor) detidas pela EMISSORA e as respectivas Aplicações Financeiras (conforme definido no Contrato de Penhor) realizadas com tais montantes, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; e



(c) 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais de emissão da EMISSORA, detidas pela CCR.

3.7 Limite de Emissão

A presente emissão atende o limite estabelecido na alínea "a", parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei 6.404/76, uma vez que o valor total das Debêntures é inferior a 80% (oitenta por cento) do valor dos bens a serem empenhados em favor dos debenturistas por meio do Contrato de Penhor, principalmente com relação ao penhor das ações de emissão da EMISSORA detidas pela CCR, ainda que se considere o menor valor de avaliação dessas ações, qual seja R\$559.000.000,00 (quinhentos e cinquenta e nove milhões de reais), conforme laudo de avaliação elaborado pela PricewaterhouseCoopers, constante do Prospecto da EMISSÃO.

3.8. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 01 de julho de 2004 ("Data de Emissão").

3.9. Rendimento

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao seguinte rendimento ("Rendimento"):

3.9.1. Atualização

As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização") a partir da Data de Emissão, pelo IGP M Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{IGP - M_1}{IGP - M_0} \right]^{\frac{d_{p1}}{360}} \times \left[\frac{IGP - M_2}{IGP - M_1} \right]^{\frac{d_{p2}}{360}} \times \dots \times \left[\frac{IGP - M_n}{IGP - M_{n-1}} \right]^{\frac{d_{pn}}{360}} \right\}$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;







VNe – Valor Nominal Unitário na Data de Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

IGP-M₀ = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao da emissão das debêntures;

IGP-M₁ = valor do número índice do IGP-M do mês da emissão das debêntures ,

IGP-M₂ – valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao da emissão das debêntures;

IGP-M_n – valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização;

IGP-M_{n-1} = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês “n”;

dup = número de dias úteis da última data base, até a data de atualização, sendo dup um número inteiro,

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base, sendo dut um número inteiro;

Para efeitos das definições acima, considera-se “data base” como sendo o primeiro dia útil de cada mês.

A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem a necessidade de ajuste à ESCRITURA ou qualquer outra formalidade.

O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo

Fator acumulado das variações mensais do número índice será calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

3.9.1.1. Se, para efeitos do cálculo da Atualização, na respectiva data de cálculo não houver divulgação do IGP-M, será projetado o número índice do IGP-M do mês de cálculo, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a EMISSORA e os debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. O Número-Índice será projetado da seguinte forma:

$$IGP \cdot M(P)_k = IGP - M_{k-1} \times \frac{IGP - M_{k+1}}{IGP - M_{k-2}}, \text{ onde:}$$





- IGP-M(P)_k =Valor Projetado do Número-Índice no mês de cálculo da atualização do Valor Nominal;
- IGP-M_{k-1} =Valor do Número-Índice no mês anterior ao do cálculo da atualização do Valor Nominal;
- IGP-M_{k-2} =Valor do Número-Índice no penúltimo mês antes do mês de cálculo da atualização.

3.9.1.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 30 (trinta) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do 1º dia em que o IGP-M não tenha sido divulgado pelo prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BCB/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de Atualização a ser proposto pela EMISSORA.

3.9.1.3. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Atualização das Debêntures entre a EMISSORA e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, a EMISSORA, optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) A EMISSORA deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Rendimentos devidos até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento dos Rendimentos, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último IGP M divulgado oficialmente, acrescido dos juros remuneratórios estabelecidos na forma do item 3.10.3 abaixo; ou
- (ii) A EMISSORA deverá (a) resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures, e (b) caso o cronograma estabeleça que o resgate será realizado em etapas, realizar sorteio nos termos do parágrafo 1º do art. 55 da Lei 6.404/76, que deverá compreender as duas séries das Debêntures. O referido sorteio deverá ser coordenado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme previsão do inciso XXI, artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83. Nesta alternativa,







durante o prazo de resgate das Debêntures pela EMISSORA, a periodicidade do pagamento dos Rendimentos continuará sendo aquela estabelecida nas Cláusulas 3.9.2 e 3.9.3.2 abaixo, observado que, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Atualização definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

3.9.2. Periodicidade de Pagamento da Atualização

A Atualização será paga nas mesmas datas da Amortização e o montante a ser pago deverá ser calculado com base na parcela do Valor Nominal Unitário efetivamente amortizado naquela data, conforme previsto nos itens 4.3 e 5.3 abaixo.

3.9.3. Juros

3.9.3.1. As Debêntures renderão juros de 9,5% a.a., base 252 dias úteis, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado conforme a Cláusula 3.9.1 acima, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

3.9.3.2. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.9.3.3. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

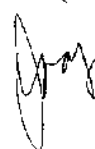
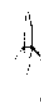
$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DU}{252}} - 1 \right] \right\}$$

J = Valor dos juros remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, anteriormente descrito,

Taxa = Taxa igual a 9,5% a.a., expressa ao ano (base 252 dias); e




- 10 -

DU = Números de dias úteis entre o último evento e a data do evento em questão, sendo "DU" um número inteiro.

O fator $\left[\left(1 + \frac{\text{Taxa}^{\frac{DU}{252}}}{100} \right) - 1 \right]$, deverá ser calculado com 9 (nove) casas decimais, com

arredondamento.

3.10. Preço de Subscrição e Integralização

3.10.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Rendimentos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição, de acordo com a Cláusula 3.9 desta ESCRITURA.

3.10.2. Caso, até a data de subscrição das Debêntures, não haja divulgação do IGP-M, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado a última projeção de IGP-M da Andima, disponível no site www.andima.com.br, ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a EMISSORA e os debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

3.10.3. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLC.

3.11. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou através da instituição responsável pela escrituração das debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

3.12. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente




ESCRITURA, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.13. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à EMISSORA no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

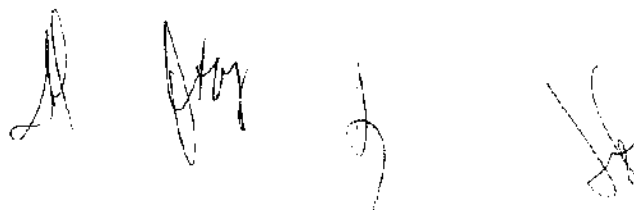
3.14. Mora do debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.13 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA nas datas previstas nesta ESCRITURA, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.15. Garantias Adicionais

Além do Contrato de Penhor descrito na Cláusula 3.6 acima e cuja minuta consta do Anexo I a esta ESCRITURA, será celebrado também um Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças entre a EMISSORA, o BNDES e o AGENTE FIDUCIÁRIO, representando os debenturistas (o "Contrato de Cessão", sendo o Contrato de Cessão e o Contrato de Penhor denominados em conjunto de "Contratos de Garantia"), cuja minuta é parte integrante desta ESCRITURA como Anexo II. Uma vez celebrado o Contrato de Cessão, o mesmo formalizará a cessão pela EMISSORA em favor do BNDES e dos debenturistas, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de forma irrevogável e irretratável, da totalidade dos créditos por ela detidos em função de eventual indenização devida por parte do Poder Concedente (conforme definido abaixo), na ocorrência de qualquer hipótese de extinção do Contrato de Concessão (conforme definido abaixo).

3.16. Publicidade



Todos os atos e decisões destinados aos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Vale Paraibano e Valor Econômico, devendo a EMISSORA avisar o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação até 5 (cinco) dias úteis antes da sua ocorrência.

3.17. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta ESCRITURA, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir

Para a Emissora:

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

Rua Alfredo Ignácio Nogueira Penido, 550,

Parque Residencial, Jardim Aquário,

12246-000, São José dos Campos, SP

At: Diretor de Relação com Investidores

Telefone: (12) 3924 9401

Fac-símile: (12) 3924-9440

E-mail: debentures@novadutra.com.br

Para o Agente Fiduciário

Planner Trustee DTVM LTDA.

Av. Paulista nº 2.439 – 11º andar

CEP: 01311-300 – São Paulo / SP

At: Sr. Artur Martins de Figueiredo

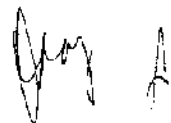
Telefone: 11 3061-9444 ramal 467

Fac-símile: 11 3060-9575

E-mail: afigueiredo@plannercorretora.com.br

3.18. Destinação dos Recursos

O montante líquido obtido pela EMISSORA com a distribuição das Debêntures será utilizado na liquidação dos empréstimos tomados pela EMISSORA junto ao Banco Itaú BBA S.A. e ao Banco Santander Brasil S.A., respectivamente ("Empréstimos-Ponte"), dos



Contratos de Crédito Rotativo celebrados entre a EMISSORA e a CCR, assim como reforço de capital de giro

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

4.1 Quantidade

A primeira série será composta por 9.000 (nove mil) Debêntures.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da primeira série será de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo se, portanto, em 1 de julho de 2010, data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor do Rendimento eventualmente devido, em moeda corrente, nos termos desta ESCRITURA.

4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

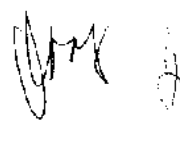
O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização"):

Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
1º de julho de 2006	R\$ 2.000,00
1º de julho de 2007	R\$ 2.000,00
1º de julho de 2008	R\$ 2.000,00
1º de julho de 2009	R\$ 2.000,00
1º de julho de 2010	R\$ 2.000,00

As parcelas do Valor Nominal Unitário a serem amortizadas deverão ser atualizadas, conforme disposto nos itens 3.9.1. e 3.9.2. Farão jus à Amortização e aos juros, os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior ao pagamento.

4.4 Juros

Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos em 1º de julho de 2005, 1º de julho de 2006, 1º de julho de 2007, 1º de julho de 2008, 1º de julho de 2009 e



1º de julho de 2010, sendo o primeiro vencimento em 1º de julho de 2005 e o último em 1º de julho de 2010.

CLÁUSULA V – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

5.1 Quantidade

A segunda série será composta por 9.000 (nove mil) Debêntures.

5.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da segunda série será de 66 (sessenta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1 de janeiro de 2010, data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor do Rendimento eventualmente devido, em moeda corrente, nos termos desta ESCRITURA.

5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização”):

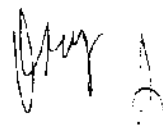
Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
1º de janeiro de 2007	RS 2.500,00
1º de janeiro de 2008	RS 2.500,00
1º de janeiro de 2009	RS 2.500,00
1º de janeiro de 2010	RS 2.500,00

As parcelas do Valor Nominal Unitário a serem amortizadas deverão ser atualizadas, conforme disposto nos itens 3.9.1 e 3.9.2. Farão jus à Amortização e aos juros, os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior ao pagamento.

5.4 Juros

Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos em 1º de janeiro de 2006, 1º de janeiro de 2007, 1º de janeiro de 2008, 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2010, sendo o primeiro vencimento em 1º de janeiro de 2006 e o último em 1º de janeiro de 2010.

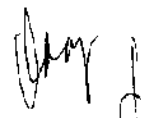





CLÁUSULA VI - DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA

6.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o AGENTE FIDUCIÁRIO de outra forma autorize, a EMISSORA obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da EMISSÃO na liquidação dos Empréstimos-Ponte,
- (b) autorizar os auditores independentes da EMISSORA a entrar em contato direto com o AGENTE FIDUCIÁRIO para dirimir questões acerca da contabilidade e operações da EMISSORA, e fornecer cópia de tal autorização ao AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (c) fornecer imediatamente as informações sobre a EMISSORA e seus ativos que o AGENTE FIDUCIÁRIO eventualmente requerer;
- (d) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da EMISSORA, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da EMISSORA ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos do (A) Contrato de Concessão de Serviço Público Precedida de Obra Pública ("Contrato de Concessão") entre a União Federal, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER ("Poder Concedente"), e a EMISSORA, (B) Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nos 96.2.258.3.1 e 04.2.595.3.1, celebrados entre a EMISSORA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") ("Contratos de Financiamento com o BNDES") e/ou (C) desta ESCRITURA;
- (e) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer processo judicial ou administrativo, incluindo, mas sem se limitar a, processos administrativos perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") ou outros órgãos governamentais, que afetem ou que possam afetar adversamente, de forma significativa, a EMISSORA e seus ativos, ou a capacidade da EMISSORA de cumprir suas obrigações nos termos desta ESCRITURA, do Contrato de Concessão e/ou dos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (f) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO acerca de qualquer inadimplemento ou descumprimento relevante por parte da EMISSORA ou da ANTT de qualquer obrigação nos termos do Contrato de Concessão;
- (g) fornecer imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópia de qualquer comunicação enviada pela ANTT à EMISSORA relativa a uma possível causa de término ou resolução do Contrato de Concessão;



(h) manter vigentes as apólices de seguro conforme estabelecido pelo Contrato de Concessão;

(i) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta ESCRITURA, (B) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 8.1 abaixo), (C) descumprimentos de obrigações da EMISSORA nos termos dos Contratos de Financiamento com o BNDES; e

(j) manter todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente com relação às licenças e autorizações requeridas nos termos do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA VII - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

7.1. A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento calculado *pro rata temporis*, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei 6.404/76.

7.1.2. O Conselho de Administração da EMISSORA terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

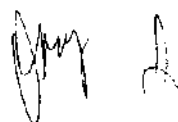
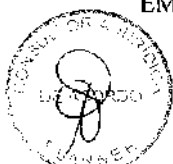
7.2. A EMISSORA não poderá realizar resgate antecipado facultativo das Debêntures.

CLÁUSULA VIII - DO VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. Vencimento Antecipado

O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir, mediante notificação, o imediato pagamento pela EMISSORA do saldo do Valor Nominal acrescido do Rendimento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento de Rendimento, o que ocorrer por último, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial à EMISSORA, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"), os quais a EMISSORA reconhece desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela EMISSORA relativamente às Debêntures:

(a) liquidação, pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, da EMISSORA ou da CCR;



(b) pedido de concordata preventiva, ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, formulado pela EMISSORA ou pela CCR, bem como início de procedimento de renegociação de obrigações financeiras da EMISSORA ou da CCR;

(c) não pagamento, pela EMISSORA, de qualquer parcela do Valor Nominal Unitário, Rendimento ou quaisquer outros valores devidos aos debenturistas, nas respectivas datas de vencimento;

(d) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a EMISSORA ou a CCR, que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA;

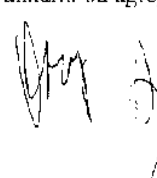
(e) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, bem como resgate ou aquisição de ações de sua própria emissão ou opções nelas referenciadas, quando estive: em mora pecuniária perante os debenturistas desta EMISSÃO, ou em desacordo com o disposto no Contrato de Penhor ;

(f) falta de cumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação prevista nesta ESCRITURA e nos Contratos de Garantia, observados os períodos de cura previstos;

(g) o Contrato de Penhor (i) for objeto de questionamento judicial pela EMISSORA ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Penhor, desde que o penhor não seja substituído pela EMISSORA no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento de notificação escrita neste sentido; (ii) não for constituído; (iii) for anulado; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;

(h) a EMISSORA deixar de pagar qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou a CCR deixar de pagar qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento.

(i) vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento BNDES (conforme definido no Contrato de Penhor) ou de qualquer dívida financeira da (i) EMISSORA, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu contravalor em outras moedas, ou (ii) CCR, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual



ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou seu contravalor em outras moedas;

(j) extinção da concessão do direito de exploração de rodovia de que a EMISSORA é titular;

(k) as declarações e garantias prestadas pela EMISSORA da Cláusula 12.2 abaixo, bem como as prestadas pela CCR e pela EMISSORA nos termos dos Contratos de Garantia, forem descumpridas e/ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;

(l) a EMISSORA transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta ESCRITURA, sem a prévia anuência do AGENTE FIDUCIÁRIO, como representante dos debenturistas;

(m) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela EMISSORA, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento da EMISSORA de suas obrigações relativas às Debêntures;

(n) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a EMISSORA ou a CCR, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;

(o) a transferência do controle acionário da EMISSORA ou da CCR, sem a prévia e expressa autorização do AGENTE FIDUCIÁRIO, representando os debenturistas;

(p) a EMISSORA contrair ou manter, sem o consentimento do AGENTE FIDUCIÁRIO, qualquer dívida diversa das abaixo listadas: (i) Contratos de Financiamento com BNDES; (ii) as Debêntures; (iii) dívidas subordinadas contraídas diretamente junto à CCR; (iv) contas a pagar incorridas no curso normal das atividades da EMISSORA, desde que não vencidas por mais de 90 (noventa) dias; (v) empréstimos de capital de giro contraídos no curso normal das atividades da EMISSORA, bem como operações de *leasing*, que não excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo que referidos empréstimos não poderão ser utilizados para liquidar quaisquer dívidas subordinadas; (vi) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos, acordadas pelas partes do Contrato de Concessão, para as quais tenham sido aplicados os mecanismos legais de restabelecimento do



equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão até o limite de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais); e (vii) a partir de 1º de janeiro de 2008, outras dívidas, desde que aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação e pelo BNDES (neste último caso, apenas se os Contratos de Financiamento BNDES ainda estiverem em vigor);

(q) a EMISSORA criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas, no presente ou no futuro, da EMISSORA, exceto: (i) aqueles previstos nos Contratos de Garantia; (ii) penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da EMISSORA, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se contestados em boa-fé pela EMISSORA, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final; (iii) ônus ou gravames exigidos nos termos do Contrato de Concessão; e (iv) ônus ou gravames (exceto os listados nesta cláusula) incorridos no curso normal das atividades da EMISSORA e não relacionados a dívida financeira, desde que o montante garantido por tais ônus ou gravames não seja superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);

(r) a EMISSORA prestar fiança ou outras garantias a terceiros ou assumir obrigações de qualquer natureza de terceiros, exceto contra-fiança no âmbito da Conta-Reserva (conforme definido no Contrato de Pchhor);

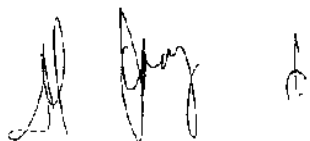
(s) a EMISSORA celebrar qualquer tipo de acordo ou contrato pelo qual qualquer espécie de receitas ou lucros da EMISSORA sejam divididos com ou atribuídos a qualquer pessoa, exceto programas de participação nos lucros e resultados instituídos em benefício de empregados da EMISSORA nos termos da lei;

(t) a EMISSORA deter participação societária em qualquer sociedade;

(u) a EMISSORA efetuar empréstimos, adiantamentos, ou manter depósitos (exceto por depósitos com bancos comerciais no curso normal dos negócios) ou investimentos (exceto por investimentos líquidos que tenham por finalidade exclusiva remunerar fundos disponíveis da EMISSORA, em estrita conformidade com os Contratos de Garantia) com qualquer pessoa ou sociedade;

(v) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da EMISSORA;

(x) a EMISSORA vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não; e



(z) a EMISSORA tomar qualquer atitude que resulte no término do Contrato de Concessão.

8.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (h), (i), (j), (n), (o), (p), (q), (r), (s), (t), (u), (v), (x) e (z) da Cláusula 8.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

8.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (g), (k), (l) e (m) da Cláusula 8.1 acima, o mesmo poderá ser sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de conhecimento da respectiva ocorrência pela Emissora ou da notificação recebida do Agente Fiduciário, nos termos do *caput* da Cláusula 8.1 acima, o que ocorrer primeiro ("Período de Cura"), sem que seja decretado o vencimento antecipado das Debêntures.

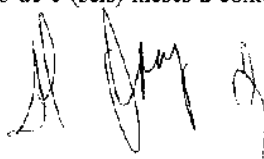
8.3.1. Nesse caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar a Assembleia Geral de Debenturistas a qualquer tempo, de forma que ela se realize em até 5 (cinco) dias após o término do Período de Cura. Findo o Período de Cura, o vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, por deliberação de debenturistas representantes de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.4. Não havendo deliberação nas datas originalmente estabelecidas para realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista na cláusula anterior, seja na primeira ou na segunda convocação, conforme o caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do Rendimento e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

8.5. Nos casos das ocorrências previstas nos itens (g), (k), (l) e (m) da Cláusula 8.1 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá notificar o BNDES de tal ocorrência no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data de início do Período de Cura.

8.5.1. Nos casos das ocorrências previstas na Cláusula 8.2 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá notificar o BNDES no dia seguinte ao da declaração do vencimento antecipado.

8.6. A transferência do controle acionário da EMISSORA dependerá da prévia aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em assembleia especialmente convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos debenturistas que o desejarem, a aquisição pela EMISSORA das debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à alienação.


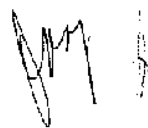
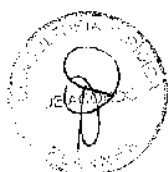


8.7. Em conformidade com o art. 231 da Lei 6.404/76, a incorporação, a fusão ou a cisão da EMISSORA dependerá da prévia aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembleia especialmente convocada com esse fim, dispensada tal aprovação se a EMISSORA assegurar aos debenturistas que o desejarem a aquisição pela EMISSORA das debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

- (a) encaminhar ao AGENTE FIDUCIÁRIO: (i) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos; (iii) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 3.16 acima; (iv) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente EMISSÃO; e (v) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;
- (b) convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem com a presente EMISSÃO, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;
- (c) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (e) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis;
- (f) manter atendimento adequado aos debenturistas, através do seu Diretor de Relações com o Investidor, para assegurar-lhes tratamento eficiente;



(g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, nem realizar operações fora do curso normal dos negócios ou das condições de mercado vigentes à época;

(h) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;

(k) manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das debêntures, até o vencimento das Debêntures; e

(l) encaminhar imediatamente a CVM e ao AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior.

CLÁUSULA X - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas da EMISSÃO objeto desta ESCRITURA, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da ESCRITURA, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

10.1.1. O exercício permanente da função de AGENTE FIDUCIÁRIO é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28/83").

10.2. Declarações

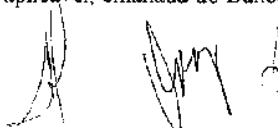
O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

(a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta ESCRITURA;

(c) aceitar integralmente a ESCRITURA, todas as suas cláusulas e condições; e

(d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil; e



(e) ter verificado a regularidade da constituição da garantia real das debêntures desta 1ª emissão, bem como o valor dos bens dados em garantia, e que se compromete a observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

10.2.1. A EMISSORA, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei 6 404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.3.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

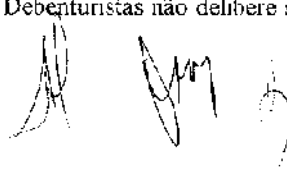
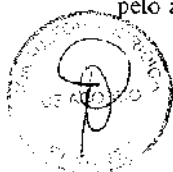
10.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.3.7 abaixo.

10.3.4. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta ESCRITURA, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.5. É facultado aos debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

10.3.6. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia a CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

10.3.7. O AGENTE FIDUCIÁRIO substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia dos Debenturistas não delibere sobre a matéria, observado



que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

10.3.8. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser operada por meio de Aditamento à presente ESCRITURA.

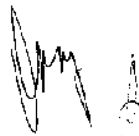
10.3.9. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da ESCRITURA ou de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

10.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos emanados da CVM.

10.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente ESCRITURA, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, a inscrição desta ESCRITURA e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;



(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;

(i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na EMISSORA;

(j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas;

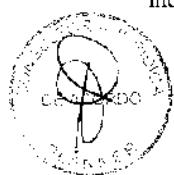
(k) enviar à CVM, à Bovespa Fix e ao SND, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;

(l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(m) enviar à CVM, à Bovespa Fix e ao SND, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;

(n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela EMISSORA; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA; (iv) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado; (v) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da EMISSÃO de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

(o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da EMISSORA; (ii) no local indicado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; (iii) na CVM; (iv) na Bovespa Fix e no SND; (v)



na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das debêntures.

(p) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;

(q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, à Instituição Depositária, à CETIP e CBLC;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) notificar os debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) à Bovespa Fix e (iii) ao SND;

(t) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como, o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e

(u) intimar a EMISSORA a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação.

10.5. Atribuições Específicas

O AGENTE FIDUCIÁRIO utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

(a) declarar, observadas as condições da ESCRITURA, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas,

(c) requerer a falência da EMISSORA, e



(d) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

10.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "b" e "c" da Cláusula anterior se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da mesma Cláusula.

10.6. Remuneração

Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta ESCRITURA, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

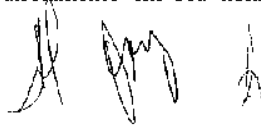
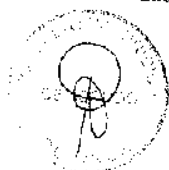
(a) Parcelas trimestrais de R\$ 7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais), devida a primeira na data da assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes. Da primeira parcela será descontado o valor de R\$3.000,00, pago a título de custo de implantação em 28 de julho de 2004;

(b) O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à EMISSORA com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a EMISSORA não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela EMISSORA, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

(c) As remunerações em atraso do AGENTE FIDUCIÁRIO serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;

(d) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, de acordo com a variação do IGP-M, acumulado no respectivo período, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da primeira parcela até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata* dia se necessário;

(e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia



aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;

(f) Em caso de inadimplência da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

(g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % (dois por cento) e juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e

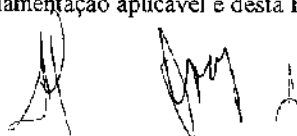
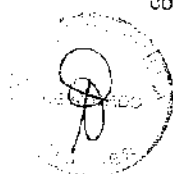
(h) As remunerações serão acrescidas dos seguintes tributos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), Contribuição ao Programa de integração social (PIS), Cofins, e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

CLÁUSULA XI - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

11.1. Convocação

A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

11.1.1. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta ESCRITURA



11.2. Quorum de Instalação

A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

11.2.1. Para os efeitos da presente ESCRITURA, considera-se debêntures em circulação todas as debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela EMISSORA.

11.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações da Assembleia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não

11.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 8.3.1 desta Escritura dependerá de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

11.4.3. As alterações do prazo de vigência das Debêntures, das datas de amortização de principal, dos Contratos de Garantia e do Rendimento dependerão de aprovação de debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, exceto pelas alterações das matérias tratadas nas cláusulas 4.1, 4.2, 4.3.1 e 4.3.2 do Contrato de Penhor, cujo quorum de aprovação será de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação

11.4.4. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado a aditar o Contrato de Penhor para os fins previstos na cláusula 3.4 daquele contrato.

11.4.5. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

11.4.6. Na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou



divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M, o *quorum* necessário para definição do novo Rendimento aplicável às Debêntures deverá ser composto por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação.

11.4.7. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia dependerá da aprovação dos debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

11.4.8. A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos debenturistas da referida série, conforme quorum previsto para a matéria.

11.4.9. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula XI, não serão consideradas Debêntures em circulação aquelas que a fôrem detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, por executivos e administradores da EMISSORA e dos controladores ou mantidas em tesouraria da EMISSORA.

CLÁUSULA XII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

12.1. Declarações e Garantias do AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA, na data da assinatura desta ESCRITURA, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- (c) esta ESCRITURA contém obrigações válidas e vinculantes do AGENTE FIDUCIÁRIO, exigíveis de acordo com os seus termos e condições

12.2. Declarações e Garantias da EMISSORA

A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO, na data da assinatura da ESCRITURA, que:



(a) está devidamente autorizada a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta ESCRITURA e dos Contratos de Garantia, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(c) a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA,

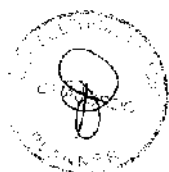
(d) esta ESCRITURA e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da EMISSORA, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(e) o Prospecto da EMISSÃO contém e conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à EMISSORA, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente EMISSÃO, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas,

(f) as declarações contidas no Prospecto da EMISSÃO em relação à EMISSORA são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto da EMISSÃO em relação à EMISSORA foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis,

(h) não há fatos relativos à EMISSORA que, nas respectivas datas de cada Prospecto da EMISSÃO, ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto da EMISSÃO, cuja omissão, no contexto dessa EMISSÃO, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto da EMISSÃO seja enganosa, incorreta ou inverídica;



(i) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto da EMISSORA em relação à EMISSORA sejam verdadeiros,

(j) as demonstrações financeiras da EMISSORA, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da EMISSORA e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;

(k) as informações da EMISSORA relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da EMISSORA e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(l) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

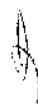
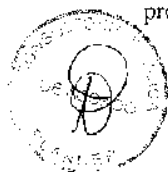
(m) exceto pelas contingências informadas no Prospecto da EMISSÃO, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

CLÁUSULA XIII – DAS DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures e do Penhor, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário, da instituição depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e ao Penhor.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente ESCRITURA. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



14.2 Os valores indicados nas Cláusulas VI e VIII desta ESCRITURA, serão atualizados pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de celebração desta ESCRITURA, calculados *pro rata die* se necessário.

14.3 Esta ESCRITURA é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14.4. Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta ESCRITURA, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 4 de agosto de 2004

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.

Nome: Maurício Soares Negrão
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Orinar C. Ribeiro Jr.
Cargo: Diretor de Operações

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Artur M. de Figueiredo
Cargo: Diretor

Nome: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Procuradora

Testemunhas:
Nome: Lucinéia da Cunha
R.G.: 197.101.949-5

Nome: Roberto Amato da Silva
R.G.: 21.455.402-7-SP/SP

